

Demonstrações financeiras

Tangará Energia S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Tangará Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Tangará Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tangará Energia S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tangará Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras (Continuação)

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras (Continuação)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Tangará Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.627	9.782
Contas a receber	4	54.939	51.770
Impostos a recuperar	5	4.321	5.159
Despesas antecipadas	7	1.624	2.694
Mútuos a receber	6	7.166	-
Outros		1.730	1.360
Total do ativo circulante		74.407	70.765
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	-	1.233
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	469	554
Impostos diferidos	17	6.667	2.891
Imobilizado	9	293.378	326.871
Total do ativo não circulante		300.514	331.549
Total do ativo		374.921	402.314

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	25.831	45.526
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.125	40.571
Impostos e contribuições a recolher		795	523
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	310	310
Outras contas a pagar		1.703	1.715
Total do passivo circulante		29.764	88.645
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	330.401	337.241
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	854	1.179
Provisão para contingências	12	71	162
Outras contas a pagar		31	40
Total do passivo não circulante		331.357	338.622
Patrimônio líquido			
Capital social	13	106.510	58.510
Prejuízos acumulados	13	(137.490)	(129.389)
Ajustes de avaliação patrimonial	13	26.215	27.361
Reserva de incentivos fiscais	13	807	807
Reservas de capital	13	17.758	17.758
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		13.800	(24.953)
Total do passivo e do patrimônio líquido		374.921	402.314

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	14	406.462	275.406
Custo de geração de energia	15	(388.264)	(252.325)
Lucro bruto		18.198	23.081
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(1.665)	(1.143)
Outras despesas operacionais		(224)	(335)
		(1.889)	(1.478)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		16.309	21.603
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.855	2.541
Despesas financeiras	16	(31.187)	(38.662)
		(29.332)	(36.121)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.023)	(14.518)
Imposto de renda e contribuição social: Diferido	17	3.776	(2.590)
		3.776	(2.590)
Prejuízo do exercício		(9.247)	(17.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(9.247)	(17.108)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(9.247)</u>	<u>(17.108)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		58.510	-	17.758	807	28.507	(113.427)	(7.845)
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	13.c	-	-	-	-	(1.146)	1.146	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(17.108)	(17.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		58.510	-	17.758	807	27.361	(129.389)	(24.953)
Aumento de capital ocorrido no exercício	13.a	48.002	(2)	-	-	-	-	48.000
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	13.c	-	-	-	-	(1.146)	1.146	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(9.247)	(9.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		106.512	(2)	17.758	807	26.215	(137.490)	13.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(9.247)	(17.108)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9	33.772	33.732
Amortização de UBP	8	85	85
Encargos financeiros, líquidos	6 e 11	28.795	30.004
Amortização de despesa de contratação	11	923	-
Baixa de ativo imobilizado	9	19	74
Provisão para contingências	12	16	28
Impostos diferidos	17	(3.776)	2.590
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(3.169)	6.069
Impostos a recuperar		838	532
Despesas antecipadas		2.303	2.955
Outros		(370)	1.639
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(19.695)	(30.912)
Impostos e contribuições a recolher		272	433
Pagamento de contingências	12	(107)	-
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	(325)	(309)
Outras contas a pagar		(21)	887
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		30.313	30.699
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	(16.100)	-
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada	6	9.000	17.808
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	9	(298)	(446)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(7.398)	17.362
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	260.550	233.000
Pagamento de despesa de contratação	11	-	(923)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	11	(315.027)	(253.132)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	11	(21.593)	(23.958)
Aumento de capital	13.a	48.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(28.070)	(45.013)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(5.155)	3.048
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		9.782	6.734
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		4.627	9.782
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(5.155)	3.048
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		-	-
Valores pagos de CS:		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Sociedade” ou “Tangará”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Sociedade poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

A Sociedade mantém e explora a Usina Hidrelétrica Guaporé (“UHE Guaporé”), com potência instalada de 120 MW, localizada no Município Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000-ANEEL, e está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia e autoprodutor de energia.

O início das operações comerciais da UHE Guaporé ocorreu no dia 08 de abril de 2003, com a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Em junho de 2003, a usina atingiu a condição de operação plena, com a operação comercial das três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 40 MW, resultando em uma potência instalada de 120 MW.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas, de acordo com o qual a Rede Energia S.A. - em recuperação judicial alienou à Turmalina Energética S.A. (“Turmalina”), sociedade que possuía sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e era, na época, integrante, do Grupo Brookfield, o controle da Sociedade. A efetiva transferência das ações e do respectivo controle da Sociedade ocorreu em 19 de maio de 2015.

Em 01 de setembro de 2017, a Sociedade incorporou sua controladora Turmalina Energética S.A., passando a ser controlada pelo Investimento Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 97,215% das ações, e investida da Santo Ivo Energética S.A, detentora de 2,78% das ações. Adicionalmente, desde 5 de agosto de 2015, a Sociedade tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,005% do capital social votante.

Além disso, a referida incorporação teve como efeito, dentre outros, a extinção da Turmalina Energética S.A., sendo registrados na Tangará os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da incorporada, inclusive a sua Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos em 30 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995. De acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Guaporé tem direito a solicitar prorrogação da concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2003	06/06/2025
Comercializadora de energia	01/01/2017	31/12/2020
Parte relacionada	01/01/2019	31/12/2019

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, respectivamente.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1.) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber e contas a receber.

b.2.) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2.) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis registrada no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de concessão, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 15 de junho de 2015, Sociedade obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% para 15,25%.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos, quando aplicável, e mensurados ao custo amortizado, com taxa de juros efetiva.

m) Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga

Demonstrado ao custo amortizado, mantido até o vencimento, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela sociedade. Se a sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a sociedade deve estimar (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados) taxa de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	4.627	6.289
Aplicações financeiras	-	3.493
Total	4.627	9.782

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	3.493
			-	3.493

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	9.700	24.400
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	36.832	25.519
Contas a receber – partes relacionadas	8.407	1.851
Total	54.939	51.770

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	54.939	49.938
Saldo vencido até 30 dias	-	1.527
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	305
Total	54.939	51.770

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte	1.549	3.322
Contribuição social sobre o lucro	-	1.290
Total impostos diretos	1.549	4.612
PIS - Programa de integração social	489	92
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.254	426
Outros	29	29
Total impostos indiretos	2.772	547
Total - Impostos a recuperar	4.321	5.159

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	-	16.292
Liberação de recursos para partes relacionadas	16.100	-
Juros incorridos	1	1.293
Imposto sobre operação financeira	65	223
Amortização de principal	(9.000)	(17.808)
Saldo final	7.166	-

Operação de mútuo realizada com a São João Energética S.A. durante o exercício de 2019, remunerada à 100% do CDI e sem data de vencimento.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	2019	2018
Adesão ao deslocamento hidráulico	1.233	3.698
Prêmio de seguro de risco operacional	391	229
Total	1.624	3.927
Ativo circulante	1.624	2.694
Ativo não circulante	-	1.233

Durante o exercício de 2015, foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que a Sociedade deverá recolher mensalmente à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) o resultado da multiplicação do montante mensal de garantia física da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, referenciado à data-base de janeiro de 2015.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Guaporé, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pro rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga:

Saldos do ativo	2019	2018
Saldo inicial	554	639
Amortização	(85)	(85)
Saldo final	469	554
Saldos do passivo	2019	2018
Saldo inicial	1.489	1.798
Pagamento	(325)	(309)
Saldo final	1.164	1.489
Passivo circulante	310	310
Passivo não circulante	854	1.179

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2019, estão assim distribuídos:

2021	310
Após 2022	544
	854

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Em serviço					Em curso		Ágio na incorporação	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2017	1.743	121.132	74.313	23.279	21.139	42	1.267	271.116	514.031
Adições	-	-	-	-	-	157	289	-	446
Baixas	-	(90)	-	-	-	-	(13)	-	(103)
Transferências	-	1.241	81	-	-	-	(1.322)	-	-
31 de dezembro de 2018	1.743	122.283	74.394	23.279	21.139	199	221	271.116	514.374
Adições	-	-	-	-	-	113	185	-	298
Baixas	-	-	-	-	-	-	(19)	-	(19)
Transferências	-	258	-	-	-	(7)	(251)	-	-
31 de dezembro de 2019	1.743	122.541	74.394	23.279	21.139	305	136	271.116	514.653
31 de dezembro de 2017	-	(46.270)	(22.321)	(6.859)	(8.179)	-	-	(70.171)	(153.800)
Adições de depreciação	-	(4.142)	(1.592)	(534)	(671)	-	-	-	(6.939)
Amortização de ágio alocado	-	-	-	-	-	-	-	(26.793)	(26.793)
Baixas de depreciação	-	29	-	-	-	-	-	-	29
31 de dezembro de 2018	-	(50.383)	(23.913)	(7.393)	(8.850)	-	-	(96.964)	(187.503)
Adições de depreciação	-	(4.167)	(1.594)	(547)	(671)	-	-	-	(6.979)
Amortização de ágio alocado	-	-	-	-	-	-	-	(26.793)	(26.793)
31 de dezembro de 2019	-	(54.550)	(25.507)	(7.940)	(9.521)	-	-	(123.757)	(221.275)
Total em 31 de dezembro de 2018	1.743	71.900	50.481	15.886	12.289	199	221	174.152	326.871
Total em 31 de dezembro de 2019	1.743	67.991	48.887	15.339	11.618	305	136	147.359	293.378

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil estimada dos bens, conforme estabelecido pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria n° 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou, durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1° de janeiro de 2009 de R\$ 46.032, registrado no ativo imobilizado, líquido dos impostos.

A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos. O valor do passivo diferido registrado em 1° janeiro de 2009 foi de R\$ 12.600. Ver Nota 13.c referente à redução de alíquota obtida em 2015.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)--Continuação

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

10. Contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores	3.652	7.700
Taxas ANEEL	4.892	4.333
Contas a pagar – partes relacionadas	17.279	33.482
Seguros	8	11
Total	<u>25.831</u>	<u>45.526</u>

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
Debêntures Itaú 1ª Emissão	CDI + 0,5% a.a.	-	-	14.179	63.885
Debêntures Itaú 3ª Emissão	CDI + 2,0% a.a.	-	-	26.579	135.882
Debêntures privadas ISFIP (*)	CDI + 2,0% a.a.	-	321.229	-	134.364
Debêntures privadas Santo Ivo	CDI + 2,0% a.a.	-	9.172	-	3.845
Mútuo com São João	CDI + 2,0% a.a.	1.125	-	-	-
		<u>1.125</u>	<u>330.401</u>	40.758	337.976
Despesa de contratação (**)		-	-	(187)	(735)
Total		<u>1.125</u>	<u>330.401</u>	<u>40.571</u>	<u>337.241</u>

(*) Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(**) Se refere ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	377.812	391.305
Captação	260.550	233.000
Juros provisionados	28.173	30.773
Amortização – principal	(315.027)	(253.132)
Pagamento – juros	(21.593)	(23.958)
IOF provisionado	688	747
	<u>330.603</u>	<u>378.735</u>
Capitalização de despesas de contratação (**)	-	(923)
Amortização de despesa de contratação (**)	923	-
Saldo final	<u>331.526</u>	<u>377.812</u>

Em 15 de agosto de 2014, a Sociedade realizou a 1ª emissão de debêntures, e em 30 de dezembro de 2019, foi paga em sua totalidade.

Em 20 de abril de 2018, a Sociedade realizou a 3ª emissão de debêntures, e em 30 de dezembro de 2019, foi paga em sua totalidade.

Em 27 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou a emissão de debêntures privadas com as partes relacionadas ISFIP e Santo Ivo, com vencimento programado para 30 de dezembro de 2025.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para contingências

Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	<u>Tributárias</u>
31 de dezembro de 2017	134
Atualização	28
31 de dezembro de 2018	162
Baixa	(107)
Atualização	16
31 de dezembro de 2019	71

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma ação tributária, classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 71 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2018).

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Riscos cíveis	-	13
Riscos trabalhistas	890	1.024
Riscos tributários	1.544	1.084
Total	2.434	2.121

Ações Cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía uma ação cível de nulidade de ato administrativo perante à União, classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 13.

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui sete reclamações trabalhistas, classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 890 (R\$ 1.024 em 31 de dezembro de 2018).

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma execução fiscal e um processo administrativo tributário, bem como pedidos de restituições perante a Receita Federal Brasileira, classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 1.544 (R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2018).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 106.510 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 58.510), dividido em 4.858.740.052 ações, sendo 4.858.740.051 ordinárias, nominativas sem valor nominal e 1 ação preferencial classe “R”.

Em 09 de dezembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 48.002 com a emissão de 4.800.230.050 (quatro bilhões, oitocentas milhões, duzentas e trinta mil e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

A cada ação ordinária é conferido um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A ação preferencial classe “R”, inconversível em ações ordinárias, não tem direito a voto e goza das seguintes vantagens:

- (a) Recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social.
- (b) Prioridade, em caso de liquidação da Sociedade, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

O Estatuto Social determina que o não pagamento de dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito a voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

Sem prejuízo dos direitos assegurados às ações preferenciais classe “R”, elas poderão ser objeto de resgate pela Sociedade.

O resgate das ações preferenciais classe “R” será realizada por deliberação da Assembleia Geral, nas condições previstas no Artigo 7º do estatuto social, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo referência a data início da operação da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31 de março de 2003.

O resgate das ações preferenciais classe “R” será em períodos trimestrais, em quantidade correspondente a 1/32 (um trinta e dois avos) do total das ações, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31 de março de 2003, devendo estar concluído em até 8 (oito) anos. O processo de resgate das ações preferencias classe “R” se iniciou e foi concluído antes da efetiva transferência das ações da Sociedade para a Turmalina Energética S.A., sendo certo que na data-base 31/12/2015, a totalidade menos uma das ações preferenciais classe “R” foram resgatadas pela Sociedade e mantidas em tesouraria e, nesta condição, essas ações atualmente não têm direito a dividendo nem voto, conforme art. 30, §4º da Lei nº 6.404/76.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reservas de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações referente à atualização monetária do preço da ação entre a data de sua emissão e a data efetiva de sua integralização.

A reserva especial de ágio, registrada no patrimônio líquido da Sociedade, em setembro de 2017, foi constituída mediante a incorporação reversa de Tangará por Turmalina, na qual a controlada Tangará, sucedeu a controladora Turmalina, no direito de amortização do ágio, para fins fiscais.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme o CPC 27 e ICPC 10 foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores são transferidos a conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

d) Reserva de incentivos fiscais

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, laudo constitutivo nº 014/2015, o incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, concedendo à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Por questões administrativas da Receita federal, o benefício fiscal só pode ser utilizado a partir do segundo trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, esse benefício refletiu diretamente nas demonstrações financeiras. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos foram registradas na rubrica “Imposto de Renda” no resultado do exercício e na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido (Lei nº 11.638/07).

Em 15 de junho de 2015, Sociedade obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9%, totalizando uma alíquota de IRPJ e CSLL de 15,25%.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos

O Estatuto Social determina que, após a destinação para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício, a qual não pode exceder de 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76), o lucro líquido deve se destinar:

- (a) Importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do art. 6º, I, do Estatuto Social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para o pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferenciais, a remuneração será 10% (dez por cento) maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias;
- (c) O saldo remanescente, se houver, será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Durante o exercício, a Sociedade apresentou prejuízos acumulados.

14. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	132.073	237.911
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	-	44.225
Venda de energia elétrica - comercialização	18.744	-
Venda de energia elétrica - comercialização - partes relacionadas	253.736	-
Resultado com MRE e CCEE (*)	34.968	14.673
	439.521	296.809
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(5.896)	(3.816)
COFINS	(27.163)	(17.587)
Receita operacional líquida	406.462	275.406

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2019	2018
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica	28.928	76.420
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	131.274
Compra de energia elétrica – Comercialização	7.635	-
Compra de energia – Comercialização – partes relacionadas	304.962	-
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(20.302)	(16.619)
Royalties ANEEL	11.556	11.812
Pesquisa e desenvolvimento	17	-
	332.796	202.887
Custo com a operação		
Serviços de terceiros	1.692	2.145
Seguros	3.008	2.996
Pessoal	10.140	9.158
Depreciação e amortização	33.857	33.817
MRE/CCEE (*)	5.677	160
Outros	1.094	1.162
	55.468	49.438
Total de geração de energia	388.264	252.325
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	568	150
Serviços de terceiros	381	334
Serviços de administração – partes relacionadas	700	656
Outros	16	3
Total das despesas gerais e administrativas	1.665	1.143
Total de custos e despesas gerais e administrativas	389.929	253.468

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

16. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.854	1.248
Juros sobre mútuos	1	1.293
Total	1.855	2.541
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	16.380	18.968
Juros sobre mútuos	11.857	11.805
Despesas com letras de crédito	84	6.783
Outros	2.866	1.106
Total	31.187	38.662

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os saldos patrimoniais de impostos de renda diferidos estão apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	7.565	3.950
Provisões temporárias	143	185
Custo atribuído ativo imobilizado	(1.041)	(1.244)
Total tributos diferidos, líquidos	6.667	2.891

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico da Sociedade.

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
<u>Ativo</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>IR e CS</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>IR e CS</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	207.204	31.598	191.020	29.130
Provisões temporárias	939	143	1.213	185
(-) Créditos fiscais não constituídos	(157.594)	(24.033)	(165.114)	(25.180)
	50.549	7.708	27.119	4.135

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
<u>Passivo</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>IR e CS</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>IR e CS</u>
Custo atribuído	45.957	7.008	45.957	7.008
(-) Depreciação/baixas	(15.810)	(2.411)	(14.480)	(2.208)
(-) Créditos fiscais não constituídos custo atribuído	(23.319)	(3.556)	(23.319)	(3.556)
	6.828	1.041	8.158	1.244

Total IR diferido patrimonial	6.667	2.891
-------------------------------	--------------	-------

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Diferido		
Imposto de renda	1.548	(1.061)
Contribuição social	2.228	(1.529)
Total do imposto diferido	3.776	(2.590)
Total com despesas de impostos	3.776	(2.590)

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	2019	2018
Prejuízo antes de imposto de renda e contribuição social	(13.023)	(14.518)
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (1)	4.428	4.936
Adições e exclusões permanentes		
Mais valia	1.434	1.286
Reversão (constituição) de créditos fiscais (2)	2.557	(8.458)
	3.991	(7.172)
Diferido fiscal – variação de alíquota 25% para 6,25% (3)	(4.643)	(354)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	3.776	(2.590)

(1) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(2) Representado, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporárias. Constituído com base na expectativa de realização futura.

(3) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do Lucro da Exploração. Este diferido é calculado com alíquota de 15,25% e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, e conseqüentemente ocasionando uma variação de 18,75% que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	2019	2018
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	873
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	6.931	887
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	180	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(a)	119	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(a)	-	43
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(a)	208	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(a)	92	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	69	48
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	550	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	258	-
		8.407	1.851
Mútuos a receber			
São João Energética S.A.	(b)	7.166	-
		7.166	-
Passivo			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	3.458	1.293
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	5.556	10.769
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(c)	224	2.256
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(c)	-	5.866
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(c)	-	4.710
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(c)	148	3.682
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(c)	260	195
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(c)	115	147
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(c)	86	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(c)	1.259	-
Itiquira Energética S.A.	(c)	513	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(c)	3.358	2.824
Savana Geração de Energia S.A.	(c)	2.302	1.740
		17.279	33.482
Mútuos a pagar			
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(d)	321.229	134.364
Santo Ivo Energética S.A.	(d)	9.172	3.845
São João Energética S.A.	(d)	1.125	-
		331.526	138.209

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	2019	2018
Receita			
Venda de energia			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(e)	-	22.328
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	-	17.877
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(e)	-	180
Geração Eólica Renascença II S.A.	(e)	-	1.728
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(e)	-	2.112
		-	44.225
Venda de energia (comercialização)			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	34.143	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(f)	119.873	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(f)	38.312	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(f)	6.985	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(f)	29.078	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(f)	1.666	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(f)	1.671	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(f)	2.473	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(f)	1.888	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(f)	2.132	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(f)	4.875	-
PCH Zé Tunin S.A.	(f)	168	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(f)	4.917	-
Savana Geração de Energia S.A.	(f)	5.555	-
		253.736	-
Receitas financeiras			
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(g)	-	1.293
São João Energética S.A.	(g)	1	-
		1	1.293
Custo/Despesa			
Compras de energia			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	-	14.290
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(h)	-	24.854
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(h)	-	11.187
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(h)	-	32.250
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(h)	-	21.057
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(h)	-	2.110
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(h)	-	663
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(h)	-	470
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(h)	-	2.386
Phoenix Geração de Energia S.A.	(h)	-	20.267
Savana Geração de Energia S.A.	(h)	-	1.740
		-	131.274

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	2019	2018
Custo/Despesa			
Compras de energia (comercialização)			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(i)	35.335	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(i)	119.455	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(i)	29.650	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(i)	456	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(i)	19.600	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(i)	3.045	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(i)	2.400	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(i)	4.969	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(i)	3.641	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(i)	3.427	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	12.758	-
Itiquira Energética S.A.	(i)	4.875	-
PCH Zé Tunin S.A.	(i)	68	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	43.130	-
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	22.153	-
		304.962	-
Serviços de ADM			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(j)	700	656
		700	656
Despesas financeiras			
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(k)	232	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(k)	656	-
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(k)	9.929	7.712
Santo Ivo Energética S.A.	(k)	263	220
São João Energética S.A.	(k)	777	3.873
		11.857	11.805

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Mútuo a receber entre a Sociedade e outra empresa do grupo;
- (c) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (d) Debêntures e mútuos realizados entre a Sociedade e partes relacionadas, com incidência de encargos;
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Venda de energia elétrica, acima da Garantia Física, para outras empresas do grupo;
- (g) Receitas com juros sobre o mútuo entre a Sociedade e outra empresa do grupo;
- (h) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica, para operações acima da Garantia Física, de outras empresas do grupo;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Despesas com juros referentes às debêntures privadas e à mútuos realizados pela Sociedade.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.627	4.627	-	9.782	9.782
Mútuos a receber	7.166	-	7.166	-	-	-
Contas a receber	54.939	-	54.939	51.770	-	51.770
	62.105	4.627	66.732	51.770	9.782	61.552

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	25.831	45.526
Empréstimos, financiamentos e debêntures	331.526	377.812
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	1.164	1.489
	358.521	424.827

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *partes relacionadas*

São classificadas como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.627	9.782

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade aderiu ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia.

Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da concessão*

A Sociedade detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. De acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Guaporé tem a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003. No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

Caso a renovação das outorgas de concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 21 de fevereiro de 2020.